

CONSUMO DE DROGAS: A REDUÇÃO DE DANOS COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO A SAÚDE

LINCOLN GOMES CORREIA¹;
 JULIAN LUCAS RAMOS DE LARA²;
 KATHLEEN HARRIET VAN DE RIET³

¹ Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – **AUTOR**¹;

² Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – **CO-AUTOR**²;

³ Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – **ORIENTADOR**³;

RESUMO: De forma geral, a redução de danos no Brasil tem sido descrita como um conjunto de práticas de saúde que vislumbram diferentes formas de relacionamento entre a sociedade e a utilização de drogas lícitas ou ilícitas, com um objetivo que não se limita a eliminar o consumo. As medidas propostas nessa abordagem visam criar um conjunto de políticas destinadas a reduzir os riscos e malefícios associados a todos os tipos de consumo potencialmente nocivo, com conceitos que serão explorados durante esse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Redução de danos, drogas, jovens, conscientização, saúde

ABSTRACT: In general, harm reduction in Brazil has been described as a set of health practices that envision different forms of relationship between society and the use of legal or illicit drugs, with an objective that is not limited to eliminating consumption. The measures proposed in this approach aim to create a set of policies designed to reduce the risks and harm associated with all types of potentially harmful consumption, with concepts that will be explored during this work.

KEY WORDS: Harm reduction, drugs, young people, awareness, health

INTRODUÇÃO

A abordagem de redução de danos contribui com ‘um novo olhar’ sobre a prática de saúde, atentando para a consideração e valorização da independência dos sujeitos, sua cultura e suas práticas. Ao abandonar o modelo biomédico de doutrinação que qualifica comportamentos a partir de uma perspectiva bipolar de indivíduos ou comportamentos ‘sãos’ e ‘não-sãos’, considera a multiplicidade de estratégias e procura criar escalas de risco ‘guias’ para a orientação coletiva e/ou individual. Não à toa, é um conceito que tem uso ampliado para além da área de ‘drogas’, sendo utilizado em outras áreas da saúde.

Os princípios que regem essas diretrizes, e que colocam a segurança em primeiro lugar, formam a base de uma abordagem originalmente aplicada ao uso/abuso de drogas chamada redução de danos, que visa ao paciente uma redução do abuso da substância que ele tem ingerido. Aplica-se a situações em que interromper uma determinada atividade ou comportamento não é bem-sucedido, seja porque o protagonista não consegue se afastar ou quer continuar.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica, realizada em banco de dados online, através da análise de artigos, realizando cruzamento de dados encontrados por meio da revisão integrativa da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para contextualizar e principalmente diferenciar os conceitos de técnicas de combate e prevenção do uso de drogas dos programas de redução de danos (RD), iniciaremos apontando sobre um programa que visa a prevenção e combate ao uso de drogas, chamado PROERD, que é o Programa Educacional de Resistência à Drogas e à violência, que pode ser observado como um pioneiro método de prevenção ao uso de drogas. Este programa iniciou em 1992 no Rio de Janeiro. Com o intuito de alcançar alunos de escolas públicas e particulares, com objetivo preventivo e educacional, busca conscientizar as crianças e adolescentes sobre os danos das drogas e a violência, utilizando dentre suas estratégias a de salientar a importância do diálogo com pais ou tutores. Através do projeto PROERD, a abordagem utilizada é de maneira lúdica, são atividades de aprendizagem referente aos danos que o uso de drogas pode causar ao indivíduo, trazendo técnicas de resistência às pressões sociais, salientando a importância de tomar decisões. O projeto aborda temas voltados à violência bullying, para que essas situações sejam solucionadas de maneiras saudáveis para que não desencadeiem o consumo de substâncias como uma maneira de fuga.

Como alternativa às atuais políticas de prevenção, existe a possibilidade de utilização da redução de danos (RD) como forma de aplicar novos pressupostos educativos, tendo em conta as experiências, comportamentos e comportamentos dos sujeitos. Esta estratégia transversal visa fortalecer a autonomia e a capacidade reflexiva dos usuários como seus agentes realistas de mudança. A redução de danos é entendida como uma ferramenta de promoção preventiva que busca o diálogo emancipatório com os jovens. Dessa forma, ela se opõe à visão educacional de prevenção ao uso/abuso das drogas de programas que, como o PROERD, que possuem uma abordagem de julgamento moral e amedrontamento. (DOMINGUES, 2016).

De maneira geral, a RD (redução de danos) no Brasil tem sido descrita como um conjunto de práticas de saúde a partir de uma perspectiva teórica que vislumbra diferentes formas de relacionamento entre indivíduos e drogas, no sentido de que seu objetivo não é limitando a eliminar o consumo. As medidas propostas visam criar um conjunto de políticas destinadas a reduzir os riscos e danos associados a todos os tipos de consumo potencialmente nocivo, tirando o foco da Guerra às Drogas. A redução de danos inicialmente visava doenças infecciosas, especialmente a AIDS, e seu trabalho visava prevenir esses problemas entre os usuários de drogas injetáveis. Com alvos tão limitados, grupos de usuários de drogas são vistos como marginalizados ou excluídos. As primeiras formulações teóricas que orientam a prática são entremeadas por críticas aos métodos e terapias que focam apenas na abstinência. (SANTOS et al, 2010.)

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), redução de danos é uma estratégia que pode ajudar ao usuário a compreender e efetivar o consumo com a menor correlação de danos possível. A abordagem de redução de danos contribui com ‘um novo olhar’ para usuário tendo sobre a prática de saúde, atentando para a consideração e valorização da independência dos sujeitos e como a sua cultura e suas práticas. A redução de danos se opõe a esses modelos, de formar que somando práticas educativas pautadas na realidade e no contexto

sócio-histórico dos sujeitos, somando estratégias ‘positivas’ como a disseminação do conhecimento científico e de um estilo de vida saudável, que não se mostram suficientes isoladamente prejudicando seu convívio social. (FEFFERMANN, M. FIGUEIREDO, R. 2006). A Associação Internacional de Redução de Danos (AIRD), formada por cientistas e profissionais que embasam esse raciocínio de ação, vem afirmando e aconselha que, “se não é possível livrar o mundo das drogas, é melhor aprender a conviver com elas e ensinar as pessoas a usar essas substâncias com o máximo de segurança possível”. (GORGULHO, 2004). Denning (2001) afirma que o princípio central da redução de danos é respeitar a autonomia do usuário e desenvolver um relacionamento de colaboração mútua com ele. A inserções de ações baseadas na redução de danos pode incluir um espectro de várias intervenções, que vão desde exposições de vídeo ou filmes, promovendo feiras de saúde e educação sobre drogas, tendo o foco nos psicotrópicos mais usados naquele contexto social, com programas de troca de agulhas e seringas por exemplo. É essencial para a implementação da redução de danos o reconhecimento de que, mesmo para aqueles que desejam a abstinência total, esse objetivo é desafiador de alcançar de maneira abrupta e repentina. Dessa forma, o que propõe é o uso assistido de acordo com o usuário, para que sejam minimizados os danos associados e de forma gradual possa ocorrer a diminuição do uso de substâncias, envolvendo colateralmente também nessa prática a minimização das consequências morais e sociais, associadas ao uso das drogas (FERREIRA, V. R. T. 2003).

A redução de danos não conduz ao consumo de drogas, mesmo que não envolva medidas radicais de ação, como a abstinência de álcool. Compreender os fatores envolvidos no uso de drogas é complexo e requer uma ação complexa de vários fatores como: o processo de redução de danos é diferente para cada usuário, respeitando sempre seu contexto sócio-histórico (possivelmente uso moderado versus abstinência), tendo a motivação e vontade de mudança, estado emocional, variáveis sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, as discussões em grupos focais com adolescentes visam criar um espaço para discutir suas percepções e experiências. Ao discutir seu cotidiano, suas crenças e atitudes em relação ao uso de drogas, percebe-se que esse tema tem gerado muitas dúvidas entre eles, é objeto de curiosidade e, muitas vezes, gerador de preconceito. (FERREIRA, V. R. T. 2003).

Dessa forma, os recursos humanos são ampliados para se tornarem objetos de diversas áreas do conhecimento e gerarem debates mais intensos na sociedade sobre como os problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas devem ser enfrentados. Vale ressaltar que, além da saúde pública/epidemiologia e da psiquiatria, outras áreas do conhecimento também se voltam para a redução de danos (RD), como a psicologia, saúde pública, ciências sociais, antropologia, serviço social e crítica criminológica. A Fundação amplia seu escopo e estimula o debate em questões que envolvem sistemas complexos de substâncias psicoativas. Dadas as crescentes tensões sociais e de saúde em torno dos complexos sistemas de drogas, a adoção de práticas de recursos humanos trouxe tópicos como ética, direitos humanos e decepção da Lei Seca para o domínio da discussão e do serviço acadêmico. (SANTOS et al, 2010)

CONCLUSÃO

Através dos estudos apresentados pode-se concluir que é de grande importância que sejam desenvolvidos projetos com maior amplitude, que auxiliem a população quanto ao assunto do consumo de drogas lícitas e ilícitas, destes principalmente os jovens em sua transição para se

tornarem adultos. É relevante observar a necessidade de um trabalho em conjunto envolvendo, profissionais da saúde, governo e a sociedade, onde a informação voltada principalmente a conscientização esteja cada vez mais presente, notando a redução de danos como uma estratégia baseada no respeito ao cidadão como ser pensante, capaz de identificar os objetivos de seu tratamento e buscar formas de minimizar os danos à sua saúde. Desta forma, a abordagem da redução de danos assume uma "nova perspectiva" sobre a prática de saúde, centrada na consideração e valorização da independência do sujeito, sua cultura e prática.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Tarcísio Matos de (2007). Uso de drogas entre adolescentes jovens: perspectivas de prevenção no contexto das relações familiares e da educação à luz dos princípios e práticas de redução de danos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 1118-1120, 2007.
- ABRAMS, D.B.; LEWIS, D.C. (Org.). Prefácio. In: MARLATT, G.A. Redução de danos: estratégias para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- BUCHER, R. Visão Histórica e Antropológica das Drogas. In: FIGUEIREDO, R. (Org.). Prevenção ao abuso de drogas em Ações de Saúde e Educação: uma abordagem sociocultural e de redução de danos. São Paulo, NEPAIDS/USP, 2002.
- DOMINGUES, Vítor Gregório. Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. *Alabastro*, v. 1, p. 56-72, 2016.
- FEFFERMANN, Marisa; FIGUEIREDO, Regina. Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, n. 40, p. 37-40, 2006.
- FERREIRA, V. R. T. Relato de uma Experiência com Adolescentes sobre o Uso de Drogas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 47–54, 2003. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1189>.
- GORGULHO, M. Entrevista. *Revista Época*, ed. 333, 4 de out. 2004.
- SANTOS, V. E. DOS.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 20, n. 3, p. 995–1015, 2010.
- SILVA, Adilson Gonçalves da; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina. Pesquisas sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). *Revista LEVS*, p. 102-114, 2010.